

**LEGISLAÇÃO CONSOLIDADA**

No procedimento de revisão e confirmação de sentença penal estrangeira seguem-se os trâmites da lei do processo civil em tudo quanto se não prevê na lei especial, bem como nos artigos anteriores e ainda nas alíneas seguintes:

- a) Da decisão da relação cabe recurso, interposto e processado como os recursos penais, para a secção criminal do Supremo Tribunal de Justiça;
- b) O Ministério Público tem sempre legitimidade para recorrer.

**Alterações**

Alterado pelo/a Artigo 1.º do/a [Lei n.º 59/98](#) - [Diário da República n.º 195/1998, Série I-A de 1998-08-25](#), em vigor a partir de 1999-01-01

**Parte II****Livro VI*****Das fases preliminares*****Título I*****Disposições gerais*****Capítulo I*****Da notícia do crime*****Artigo 241.º*****(Aquisição da notícia do crime)***

O Ministério Público adquire notícia do crime por conhecimento próprio, por intermédio dos órgãos de polícia criminal ou mediante denúncia, nos termos dos artigos seguintes.

**Artigo 242.º*****(Denúncia obrigatória)***

1 - A denúncia é obrigatória, ainda que os agentes do crime não sejam conhecidos:

- a) Para as entidades policiais, quanto a todos os crimes de que tomarem conhecimento;
- b) Para os funcionários, na acepção do artigo 386.º do Código Penal, quanto a crimes de que tomarem conhecimento no exercício das suas funções e por causa delas;

2 - Quando várias pessoas forem obrigadas à denúncia do mesmo crime, a sua apresentação por uma delas dispensa as restantes.

3 - Quando se referir a crime cujo procedimento dependa de queixa ou de acusação particular, a denúncia só dá lugar a instauração de inquérito se a queixa for apresentada no prazo legalmente previsto.

**Alterações**

Alterado pelo/a Artigo 1.º do/a [Lei n.º 48/2007](#) - [Diário da República n.º 166/2007, Série I de 2007-08-29](#), em vigor a partir de 2007-09-15

Alterado pelo/a Artigo 1.º do/a [Decreto-Lei n.º 317/95](#) - [Diário da República n.º 275/1995, Série I-A de 1995-11-28](#), em vigor a partir de 1995-12-03

**Artigo 243.º****(Auto de notícia)**

1 - Sempre que uma autoridade judiciária, um órgão de polícia criminal ou outra entidade policial presenciarem qualquer crime de denúncia obrigatória, levantam ou mandam levantar auto de notícia, onde se mencionem:

- a) Os factos que constituem o crime;
- b) O dia, a hora, o local e as circunstâncias em que o crime foi cometido; e
- c) Tudo o que puderem averiguar acerca da identificação dos agentes e dos ofendidos, bem como os meios de prova conhecidos, nomeadamente as testemunhas que puderem depor sobre os factos.

2 - O auto de notícia é assinado pela entidade que o levantou e pela que o mandou levantar.

3 - O auto de notícia é obrigatoriamente remetido ao Ministério Público no mais curto prazo, que não pode exceder 10 dias, e vale como denúncia.

4 - Nos casos de conexão, nos termos dos artigos 24.º e seguintes, pode levantar-se um único auto de notícia.

**Alterações**

Alterado pelo/a Artigo 1.º do/a [Lei n.º 48/2007](#) - [Diário da República n.º 166/2007, Série I de 2007-08-29](#), em vigor a partir de 2007-09-15

**Artigo 244.º****(Denúncia facultativa)**

Qualquer pessoa que tiver notícia de um crime pode denunciá-lo ao Ministério Público, a outra autoridade judiciária ou aos órgãos de polícia criminal, salvo se o procedimento respectivo depender de queixa ou de acusação particular.

**Artigo 245.º****(Denúncia a entidade incompetente para o procedimento)**

A denúncia feita a entidade diversa do Ministério Público é transmitida a este no mais curto prazo, que não pode exceder 10 dias.

**Alterações**

Alterado pelo/a Artigo 1.º do/a [Lei n.º 48/2007](#) - [Diário da República n.º 166/2007, Série I de 2007-08-29](#), em vigor a partir de 2007-09-15

**Artigo 246.º****Forma, conteúdo e espécies de denúncias**

1 - A denúncia pode ser feita verbalmente ou por escrito e não está sujeita a formalidades especiais.

2 - A denúncia verbal é reduzida a escrito e assinada pela entidade, que a receber e pelo denunciante, devidamente identificado. É correspondentemente aplicável o disposto no artigo 95.º, n.º 3.

3 - A denúncia contém, na medida possível, a indicação dos elementos referidos nas alíneas do n.º 1 do artigo 243.º

4 - O denunciante pode declarar, na denúncia, que deseja constituir-se assistente. Tratando-se de crime cujo procedimento depende de acusação particular, a declaração é obrigatória, devendo, neste caso, a autoridade judiciária ou o órgão de polícia criminal a quem a denúncia for feita verbalmente advertir o denunciante da obrigatoriedade de constituição de assistente e dos procedimentos a observar.

5 - Sem prejuízo do disposto nos artigos 92.º e 93.º, caso o denunciante não conheça ou domine a língua portuguesa a denúncia deve ser feita numa língua que compreenda.

6 - A denúncia anónima só pode determinar a abertura de inquérito se:

- a) Dela se retirarem indícios da prática de crime; ou
- b) Constituir crime.

7 - Nos casos previstos no número anterior, a autoridade judiciária ou órgão de polícia criminal competentes informam o titular do direito de queixa ou participação da existência da denúncia.

8 - Quando a denúncia anónima não determinar a abertura de inquérito, a autoridade judiciária competente promove a sua destruição.

#### **Alterações**

Alterado pelo/a Artigo 2.º do/a [Lei n.º 130/2015 - Diário da República n.º 173/2015, Série I de 2015-09-04](#), em vigor a partir de 2015-10-04

Alterado pelo/a Artigo 1.º do/a [Lei n.º 48/2007 - Diário da República n.º 166/2007, Série I de 2007-08-29](#), em vigor a partir de 2007-09-15

Alterado pelo/a Artigo 1.º do/a [Lei n.º 59/98 - Diário da República n.º 195/1998, Série I-A de 1998-08-25](#), em vigor a partir de 1999-01-01

### **Artigo 247.º**

#### ***Comunicação, registo e certificado da denúncia***

1 - O Ministério Público informa o ofendido da notícia do crime, sempre que tenha razões para crer que ele não a conhece.

2 - Em todo o caso, o Ministério Público informa o ofendido sobre o regime do direito de queixa e as suas consequências processuais, bem como sobre o regime jurídico do apoio judiciário.

3 - Sem prejuízo do disposto no artigo 82.º-A, o Ministério Público informa ainda o ofendido sobre o regime e serviços responsáveis pela instrução de pedidos de indemnização a vítimas de crimes violentos, formulados ao abrigo do regime previsto na Lei n.º 104/2009, de 14 de setembro, e os pedidos de adiantamento às vítimas de violência doméstica, bem como da existência de instituições públicas, associativas ou particulares, que desenvolvam atividades de apoio às vítimas de crimes.

4 - O ofendido é informado, em especial, nos casos de reconhecida perigosidade potencial do agressor, das principais decisões judiciais que afetem o estatuto deste.

5 - O Ministério Público procede ou manda proceder ao registo de todas as denúncias que lhe forem transmitidas.

6 - O denunciante pode, a todo o tempo, requerer ao Ministério Público certificado do registo da denúncia.

7 - Sendo a denúncia apresentada pela vítima, o certificado referido no número anterior deve conter a descrição dos factos essenciais do crime em causa, e a sua entrega ser assegurada de imediato, independentemente de requerimento, cumprindo-se ainda o disposto no n.º 5 do artigo anterior, se necessário.

#### **Alterações**

Alterado pelo/a Artigo 2.º do/a [Lei n.º 130/2015 - Diário da República n.º 173/2015, Série I de 2015-09-04](#), em vigor a partir de 2015-10-04

Alterado pelo/a Artigo 1.º do/a [Lei n.º 26/2010 - Diário da República n.º 168/2010, Série I de 2010-08-30](#), em vigor a partir de 2010-10-29

Alterado pelo/a Artigo 1.º do/a [Lei n.º 48/2007 - Diário da República n.º 166/2007, Série I de 2007-08-29](#), em vigor a partir de 2007-09-15

## **Capítulo II**

### ***Das medidas cautelares e de polícia***

### **Artigo 248.º**

#### ***(Comunicação da notícia do crime)***

1 - Os órgãos de polícia criminal que tiverem notícia de um crime, por conhecimento próprio ou mediante denúncia, transmitem-na ao Ministério Público no mais curto prazo, que não pode exceder 10 dias.

2 - Aplica-se o disposto no número anterior a notícias de crime manifestamente infundadas que hajam sido transmitidas aos órgãos de polícia criminal.

3 - Em caso de urgência, a transmissão a que se refere o número anterior pode ser feita por qualquer meio de comunicação para o efeito disponível. A comunicação oral deve, porém, ser seguida de comunicação escrita.

**Alterações**

Alterado pelo/a Artigo 1.º do/a [Lei n.º 48/2007](#) - [Diário da República n.º 166/2007, Série I de 2007-08-29](#), em vigor a partir de 2007-09-15

**Artigo 249.º*****(Providências cautelares quanto aos meios de prova)***

1 - Compete aos órgãos de polícia criminal, mesmo antes de receberem ordem da autoridade judiciária competente para procederem a investigações, praticar os actos cautelares necessários e urgentes para assegurar os meios de prova.

2 - Compete-lhes, nomeadamente, nos termos do número anterior:

- a) Proceder a exames dos vestígios do crime, em especial às diligências previstas no n.º 2 do artigo 171.º, e no artigo 173.º, assegurando a integridade dos animais e a manutenção do estado das coisas, dos objetos e dos lugares;
- b) Colher informações das pessoas que facilitem a descoberta dos agentes do crime e a sua reconstituição.
- c) Proceder a apreensões no decurso de revistas ou buscas ou em caso de urgência ou perigo na demora, bem como adotar as medidas cautelares necessárias à conservação da integridade dos animais e à conservação ou manutenção das coisas e dos objetos apreendidos.

3 - Mesmo após a intervenção da autoridade judiciária, cabe aos órgãos de polícia criminal assegurar novos meios de prova de que tiverem conhecimento, sem prejuízo de deverem dar deles notícia imediata àquela autoridade.

**Alterações**

Alterado pelo/a Artigo 3.º do/a [Lei n.º 39/2020](#) - [Diário da República n.º 160/2020, Série I de 2020-08-18](#), em vigor a partir de 2020-10-01

Retificado pelo/a [Declaração de Rectificação n.º 100-A/2007](#) - [Diário da República n.º 207/2007, 1º Suplemento, Série I de 2007-10-26](#)

Alterado pelo/a Artigo 1.º do/a [Lei n.º 59/98](#) - [Diário da República n.º 195/1998, Série I-A de 1998-08-25](#), em vigor a partir de 1999-01-01

**Artigo 250.º*****(Identificação de suspeito e pedido de informações)***

1 - Os órgãos de polícia criminal podem proceder à identificação de qualquer pessoa encontrada em lugar público, aberto ao público ou sujeito a vigilância policial, sempre que sobre ela recaiam fundadas suspeitas da prática de crimes, da pendência de processo de extradição ou de expulsão, de que tenha penetrado ou permaneça irregularmente no território nacional ou de haver contra si mandado de detenção.

2 - Antes de procederem à identificação, os órgãos de polícia criminal devem provar a sua qualidade, comunicar ao suspeito as circunstâncias que fundamentam a obrigação de identificação e indicar os meios por que este se pode identificar.

3 - O suspeito pode identificar-se mediante a apresentação de um dos seguintes documentos:

- a) Bilhete de identidade ou passaporte, no caso de ser cidadão português;
- b) Título de residência, bilhete de identidade, passaporte ou documento que substitua o passaporte, no caso de ser cidadão estrangeiro.

4 - Na impossibilidade de apresentação de um dos documentos referidos no número anterior, o suspeito pode identificar-se mediante a apresentação de documento original, ou cópia autenticada, que contenha o seu nome completo, a sua assinatura e a sua fotografia.

5 - Se não for portador de nenhum documento de identificação, o suspeito pode identificar-se por um dos seguintes meios:

- a) Comunicação com uma pessoa que apresente os seus documentos de identificação;

**LEGISLAÇÃO CONSOLIDADA**

b) Deslocação, acompanhado pelos órgãos de polícia criminal, ao lugar onde se encontram os seus documentos de identificação;

c) Reconhecimento da sua identidade por uma pessoa identificada nos termos do n.º 3 ou do n.º 4 que garanta a veracidade dos dados pessoais indicados pelo identificando.

6 - Na impossibilidade de identificação nos termos dos n.os 3, 4, e 5, os órgãos de polícia criminal podem conduzir o suspeito ao posto policial mais próximo e compeli-lo a permanecer ali pelo tempo estritamente indispensável à identificação, em caso algum superior a seis horas, realizando, em caso de necessidade, provas dactiloscópicas, fotográficas ou de natureza análoga e convidando o identificando a indicar residência onde possa ser encontrado e receber comunicações.

7 - Os actos de identificação levados a cabo nos termos do número anterior são sempre reduzidos a auto e as provas de identificação dele constantes são destruídas na presença do identificando, a seu pedido, se a suspeita não se confirmar.

8 - Os órgãos de polícia criminal podem pedir ao suspeito, bem como a quaisquer pessoas susceptíveis de fornecerem informações úteis, e deles receber, sem prejuízo, quanto ao suspeito, do disposto no artigo 59.º, informações relativas a um crime e, nomeadamente, à descoberta e à conservação de meios de prova que poderiam perder-se antes da intervenção da autoridade judiciária.

9 - Será sempre facultada ao identificando a possibilidade de contactar com pessoa da sua confiança.

**Alterações**

Alterado pelo/a Artigo 1.º do/a [Lei n.º 59/98](#) - [Diário da República n.º 195/1998, Série I-A de 1998-08-25](#), em vigor a partir de 1999-01-01

**Artigo 251.º****(Revistas e buscas)**

1 - Para além dos casos previstos no n.º 5 do artigo 174.º, os órgãos de polícia criminal podem proceder, sem prévia autorização da autoridade judiciária:

a) À revista de suspeitos em caso de fuga iminente ou de detenção e a buscas no lugar em que se encontrarem, salvo tratando-se de busca domiciliária, sempre que tiverem fundada razão para crer que neles se ocultam objectos relacionados com o crime, susceptíveis de servirem a prova e que de outra forma poderiam perder-se;

b) À revista de pessoas que tenham de participar ou pretendam assistir a qualquer acto processual ou que, na qualidade de suspeitos, devam ser conduzidos a posto policial, sempre que houver razões para crer que ocultam armas ou outros objectos com os quais possam praticar actos de violência.

2 - É correspondentemente aplicável o disposto no n.º 6 do artigo 174.º

**Alterações**

Alterado pelo/a Artigo 1.º do/a [Lei n.º 48/2007](#) - [Diário da República n.º 166/2007, Série I de 2007-08-29](#), em vigor a partir de 2007-09-15

Alterado pelo/a Artigo 1.º do/a [Lei n.º 59/98](#) - [Diário da República n.º 195/1998, Série I-A de 1998-08-25](#), em vigor a partir de 1999-01-01

**Artigo 252.º****(Apreensão de correspondência)**

1 - Nos casos em que deva proceder-se à apreensão de correspondência, os órgãos de polícia criminal transmitem-na intacta ao juiz que tiver autorizado ou ordenado a diligência.

2 - Tratando-se de encomendas ou valores fechados susceptíveis de serem apreendidos, sempre que tiverem fundadas razões para crer que eles podem conter informações úteis à investigação de um crime ou conduzir à sua descoberta, e que podem perder-se em caso de demora, os órgãos de polícia criminal informam do facto, pelo meio mais rápido, o juiz, o qual pode autorizar a sua abertura imediata.

3 - Verificadas as razões referidas no número anterior, os órgãos de polícia criminal podem ordenar a suspensão da remessa de qualquer correspondência nas estações de correios e de telecomunicações. Se, no prazo de 48 horas, a ordem não for

convalidada por despacho fundamentado do juiz, a correspondência é remetida ao destinatário.

### Artigo 252.º-A

#### **Localização celular**

- 1 - As autoridades judiciárias e as autoridades de polícia criminal podem obter dados sobre a localização celular quando eles forem necessários para afastar perigo para a vida ou de ofensa à integridade física grave.
- 2 - Se os dados sobre a localização celular previstos no número anterior se referirem a um processo em curso, a sua obtenção deve ser comunicada ao juiz no prazo máximo de quarenta e oito horas.
- 3 - Se os dados sobre a localização celular previstos no n.º 1 não se referirem a nenhum processo em curso, a comunicação deve ser dirigida ao juiz da sede da entidade competente para a investigação criminal.
- 4 - É nula a obtenção de dados sobre a localização celular com violação do disposto nos números anteriores.

#### **Alterações**

Aditado pelo/a Artigo 2.º do/a [Lei n.º 48/2007](#) - [Diário da República n.º 166/2007, Série I de 2007-08-29](#), em vigor a partir de 2007-09-15

### Artigo 253.º

#### **(Relatório)**

- 1 - Os órgãos de polícia criminal que procederem a diligências referidas nos artigos anteriores elaboram um relatório onde mencionam, de forma resumida, as investigações levadas a cabo, os resultados das mesmas, a descrição dos factos apurados e as provas recolhidas.
- 2 - O relatório é remetido ao Ministério Pública ou ao juiz de instrução, conforme os casos.

### Capítulo III

#### **Da detenção**

### Artigo 254.º

#### **(Finalidades)**

A detenção a que se referem os artigos seguintes é efectuada:

- a) Para, no prazo máximo de quarenta e oito horas, o detido ser apresentado a julgamento sob forma sumária ou ser presente ao juiz competente para primeiro interrogatório judicial ou para aplicação ou execução de uma medida de coacção; ou
  - b) Para assegurar a presença imediata ou, não sendo possível, no mais curto prazo, mas sem nunca exceder vinte e quatro horas, do detido perante a autoridade judiciária em acto processual.
- 2 - O arguido detido fora de flagrante delito para aplicação ou execução da medida de prisão preventiva é sempre apresentado ao juiz, sendo correspondentemente aplicável o disposto no artigo 141.º

#### **Alterações**

Alterado pelo/a Artigo 1.º do/a [Lei n.º 59/98](#) - [Diário da República n.º 195/1998, Série I-A de 1998-08-25](#), em vigor a partir de 1998-09-15

### Artigo 255.º

#### **(Detenção em flagrante delito)**

1 - Em caso de flagrante delito, por crime punível com pena de prisão:

- a) Qualquer autoridade judiciária ou entidade policial procede à detenção;
- b) Qualquer pessoa pode proceder à detenção, se uma das entidades referidas na alínea anterior não estiver presente nem puder ser chamada em tempo útil.

2 - No caso previsto na alínea b) do número anterior, a pessoa que tiver procedido à detenção entrega imediatamente o detido a uma das entidades referidas na alínea a), a qual redige auto sumário da entrega e procede de acordo com o estabelecido no artigo 259.º

3 - Tratando-se de crime cujo procedimento dependa de queixa, a detenção só se mantém quando, em acto a ela seguido, o titular do direito respectivo o exercer. Neste caso, a autoridade judiciária ou a entidade policial levantam ou mandam levantar auto em que a queixa fique registada.

4 - Tratando-se de crime cujo procedimento dependa de acusação particular, não há lugar a detenção em flagrante delito, mas apenas à identificação do infractor.

### **Artigo 256.º**

#### **(Flagrante delito)**

1 - É flagrante delito todo o crime que se está cometendo ou se acabou de cometer.

2 - Reputa-se também flagrante delito o caso em que o agente for, logo após o crime, perseguido por qualquer pessoa ou encontrado com objectos ou sinais que mostrem claramente que acabou de o cometer ou de nele participar.

3 - Em caso de crime permanente, o estado de flagrante delito só persiste enquanto se mantiverem sinais que mostrem claramente que o crime está a ser cometido e o agente está nele a participar.

### **Artigo 257.º**

#### **(Detenção fora de flagrante delito)**

1 - Fora de flagrante delito, a detenção só pode ser efectuada por mandado do juiz ou, nos casos em que for admissível prisão preventiva, do Ministério Público:

- a) Quando houver fundadas razões para considerar que o visado se não apresentaria voluntariamente perante autoridade judiciária no prazo que lhe fosse fixado;
- b) Quando se verifique, em concreto, alguma das situações previstas no artigo 204.º, que apenas a detenção permita acautelar; ou
- c) Se tal se mostrar imprescindível para a protecção da vítima.

2 - As autoridades de polícia criminal podem também ordenar a detenção fora de flagrante delito, por iniciativa própria, quando:

- a) Se tratar de caso em que é admissível a prisão preventiva;
- b) Existirem elementos que tornem fundados o receio de fuga ou de continuação da actividade criminosa; e
- c) Não for possível, dada a situação de urgência e de perigo na demora, esperar pela intervenção da autoridade judiciária.

#### **Alterações**

Alterado pelo/a Artigo 1.º do/a [Lei n.º 26/2010](#) - [Diário da República n.º 168/2010, Série I de 2010-08-30](#), em vigor a partir de 2010-10-29

Alterado pelo/a Artigo 1.º do/a [Lei n.º 48/2007](#) - [Diário da República n.º 166/2007, Série I de 2007-08-29](#), em vigor a partir de 2007-09-15

### **Artigo 258.º**

#### **(Mandados de detenção)**

1 - Os mandados de detenção são passados em triplicado e contêm, sob pena de nulidade:

- a) A data da emissão e a assinatura da autoridade judiciária ou de polícia criminal competentes;
  - b) A identificação da pessoa a deter; e
  - c) A indicação do facto que motivou a detenção e das circunstâncias que legalmente a fundamentam.
- 2 - Em caso de urgência e de perigo na demora é admissível a requisição da detenção por qualquer meio de telecomunicação, seguindo-se-lhe imediatamente confirmação por mandado, nos termos do número anterior.
- 3 - Ao detido é exibido o mandado de detenção e entregue uma das cópias. No caso do número anterior é-lhe exibida a ordem de detenção donde conste a requisição, a indicação da autoridade judiciária ou de polícia criminal que a fez e os demais requisitos referidos no n.º 1 e entregue a respectiva cópia.

**Alterações**

Alterado pelo/a Artigo 1.º do/a [Lei n.º 48/2007](#) - [Diário da República n.º 166/2007, Série I de 2007-08-29](#), em vigor a partir de 2007-09-15

**Artigo 259.º****(Dever de comunicação)**

Sempre que qualquer entidade policial proceder a uma detenção, comunica-a de imediato:

- a) Ao juiz do qual dimanar o mandado de detenção, se esta tiver a finalidade referida na alínea b) do artigo 254.º
- b) Ao Ministério Público, nos casos restantes.

**Artigo 260.º****(Condições gerais de efectivação)**

É correspondentemente aplicável à detenção o disposto nos n.os 2 do artigo 192.º e 9 do artigo 194.º

**Alterações**

Alterado pelo/a Artigo 2.º do/a [Lei n.º 20/2013](#) - [Diário da República n.º 37/2013, Série I de 2013-02-21](#), em vigor a partir de 2013-03-23

Alterado pelo/a Artigo 1.º do/a [Lei n.º 48/2007](#) - [Diário da República n.º 166/2007, Série I de 2007-08-29](#), em vigor a partir de 2007-09-15

**Artigo 261.º****(Libertação imediata do detido)**

- 1 - Qualquer entidade que tiver ordenado a detenção ou a quem o detido for presente, nos termos do presente capítulo, procede à sua imediata libertação logo que se tornar manifesto que a detenção foi efectuada por erro sobre a pessoa ou fora dos casos em que era legalmente admissível ou que a medida se tornou desnecessária.
- 2 - Tratando-se de entidade que não seja autoridade judiciária, faz relatório sumário da ocorrência e transmite-o de imediato ao Ministério Público; se for autoridade judiciária, a libertação é precedida de despacho.

**Título II*****Do inquérito*****Capítulo I*****Disposições gerais***



**Artigo 262.º****(Finalidade e âmbito do inquérito)**

- 1 - O inquérito compreende o conjunto de diligências que visam investigar a existência de um crime, determinar os seus agentes e a responsabilidade deles e descobrir e recolher as provas, em ordem à decisão sobre a acusação.
- 2 - Ressalvadas as excepções previstas neste Código, a notícia de um crime dá sempre lugar à abertura de inquérito.

**Artigo 263.º****(Direcção do inquérito)**

- 1 - A direcção do inquérito cabe ao Ministério Público, assistido pelos órgãos de polícia criminal.
- 2 - Para efeito do disposto no número anterior, os órgãos de polícia criminal actuam sob a directa orientação do Ministério Público e na sua dependência funcional.

**Artigo 264.º****(Competência)**

- 1 - É competente para a realização do inquérito o Ministério Público que exercer funções no local em que o crime tiver sido cometido.
- 2 - Enquanto não for conhecido o local em que o crime foi cometido, a competência pertence ao Ministério Público que exercer funções no local em que primeiro tiver havido notícia do crime.
- 3 - Se o crime for cometido no estrangeiro, é competente o Ministério Público que exercer funções junto do tribunal competente para o julgamento.
- 4 - Independentemente do disposto nos números anteriores, qualquer magistrado ou agente do Ministério Público procede, em caso de urgência ou de perigo na demora, a actos de inquérito, nomeadamente de detenção, de interrogatório e, em geral, de aquisição e conservação de meios de prova.
- 5 - É correspondentemente aplicável o disposto nos artigos 24.º a 30.º, competindo ao Ministério Público ordenar ou fazer cessar a conexão.

**Alterações**

Alterado pelo/a Artigo 11.º do/a [Lei n.º 94/2021 - Diário da República n.º 245/2021, Série I de 2021-12-21](#), em vigor a partir de 2022-03-21

Alterado pelo/a Artigo 1.º do/a [Lei n.º 59/98 - Diário da República n.º 195/1998, Série I-A de 1998-08-25](#), em vigor a partir de 1999-01-01

**Artigo 265.º****(Inquérito contra magistrados)**

- 1 - Se for objecto da notícia do crime magistrado judicial ou do Ministério Público, é designado para a realização do inquérito magistrado de categoria igual ou superior à do visado.
- 2 - Se for objecto da notícia do crime o procurador-geral da República, a competência para o inquérito pertence a um juiz do Supremo Tribunal de Justiça, designado por sorteio, que fica impedido de intervir nos subsequentes actos do processo.

**Artigo 266.º****(Transmissão dos autos)**

- 1 - Se, no decurso do inquérito, se apurar que a competência pertence a diferente magistrado ou agente do Ministério Público, os autos são transmitidos ao magistrado ou agente do Ministério Público competente.
- 2 - Os actos de inquérito realizados antes da transmissão só são repetidos se não puderem ser aproveitados.
- 3 - Em caso de conflito sobre a competência, decide o superior hierárquico que imediatamente superintende nos magistrados ou agentes em conflito.

## Capítulo II

### ***Dos actos de inquérito***

#### Artigo 267.º

##### ***(Actos do Ministério Público)***

O Ministério Público pratica os actos e assegura os meios de prova necessários à realização das finalidades referidas no artigo 262.º, n.º 1, nos termos e com as restrições constantes dos artigos seguintes.

#### Artigo 268.º

##### ***(Actos a praticar pelo juiz de instrução)***

- 1 - Durante o inquérito compete exclusivamente ao juiz de instrução:
  - a) Proceder ao primeiro interrogatório judicial de arguido detido;
  - b) Proceder à aplicação de uma medida de coacção ou de garantia patrimonial, à excepção da prevista no artigo 196.º, a qual pode ser aplicada pelo Ministério Público;
  - c) Proceder a buscas e apreensões em escritório de advogado, consultório médico ou estabelecimento bancário, nos termos do n.º 5 do artigo 177.º, do n.º 1 do artigo 180.º e do artigo 181.º;
  - d) Tomar conhecimento, em primeiro lugar, do conteúdo da correspondência apreendida, nos termos do artigo 179.º, n.º 3;
  - e) Declarar a perda a favor do Estado de bens apreendidos, com expressa menção das disposições legais aplicadas, quando o Ministério Público proceder ao arquivamento do inquérito nos termos dos artigos 277.º, 280.º e 282.º;
  - f) Praticar quaisquer outros actos que a lei expressamente reservar ao juiz de instrução.
- 2 - O juiz pratica os actos referidos no número anterior a requerimento do Ministério Público, da autoridade de polícia criminal em caso de urgência ou de perigo na demora, do arguido ou do assistente.
- 3 - O requerimento, quando proveniente do Ministério Público ou de autoridade de polícia criminal, não está sujeito a quaisquer formalidades.
- 4 - Nos casos referidos nos números anteriores, o juiz decide, no prazo máximo de 24 horas, com base na informação que, conjuntamente com o requerimento, lhe for prestada, dispensando a apresentação dos autos sempre que a não considerar imprescindível.

#### **Alterações**

Alterado pelo/a Artigo 2.º do/a [Lei n.º 13/2022 - Diário da República n.º 147/2022, Série I de 2022-08-01](#), em vigor a partir de 2022-08-02

Alterado pelo/a Artigo 15.º do/a [Lei n.º 30/2017 - Diário da República n.º 104/2017, Série I de 2017-05-30](#), em vigor a partir de 2017-05-31

Alterado pelo/a Artigo 1.º do/a [Lei n.º 59/98 - Diário da República n.º 195/1998, Série I-A de 1998-08-25](#), em vigor a partir de 1999-01-01

#### Artigo 269.º

##### ***(Actos a ordenar ou autorizar pelo juiz de instrução)***

1 - Durante o inquérito compete exclusivamente ao juiz de instrução ordenar ou autorizar:

- a) A efetivação de perícias, nos termos do n.º 3 do artigo 154.º;
- b) A efectivação de exames, nos termos do n.º 2 do artigo 172.º;
- c) Buscas domiciliárias, nos termos e com os limites do artigo 177.º;
- d) Apreensões de correspondência, nos termos do artigo 179.º, n.º 1;
- e) Intercepção, gravação ou registo de conversações ou comunicações, nos termos dos artigos 187.º e 189.º;
- f) A prática de quaisquer outros actos que a lei expressamente fizer depender de ordem ou autorização do juiz de instrução.

2 - É correspondentemente aplicável o disposto nos n.os 2, 3 e 4 do artigo anterior.

#### **Alterações**

Alterado pelo/a Artigo 2.º do/a [Lei n.º 20/2013](#) - [Diário da República n.º 37/2013, Série I de 2013-02-21](#), em vigor a partir de 2013-03-23

Alterado pelo/a [Declaração de Rectificação n.º 100-A/2007](#) - [Diário da República n.º 207/2007, 1º Suplemento, Série I de 2007-10-26](#), em vigor a partir de 2007-09-15

Alterado pelo/a Artigo 1.º do/a [Lei n.º 48/2007](#) - [Diário da República n.º 166/2007, Série I de 2007-08-29](#), em vigor a partir de 2007-09-15

Alterado pelo/a Artigo 1.º do/a [Lei n.º 59/98](#) - [Diário da República n.º 195/1998, Série I-A de 1998-08-25](#), em vigor a partir de 1999-01-01

### **Artigo 270.º**

#### ***(Actos que podem ser delegados pelo Ministério Público nos órgãos de polícia criminal)***

1 - O Ministério Público pode conferir a órgãos de polícia criminal o encargo de procederem a quaisquer diligências e investigações relativas ao inquérito.

2 - Exceptuam-se do disposto no número anterior, além dos actos que são da competência exclusiva do juiz de instrução, nos termos dos artigos 268.º e 269.º, os actos seguintes:

- a) Receber depoimentos ajuramentados, nos termos do artigo 138.º, n.º 3, segunda parte;
- b) Ordenar a efectivação de perícia, nos termos do artigo 154.º;
- c) Assistir a exame susceptível de ofender o pudor da pessoa, nos termos da segunda parte do n.º 3 do artigo 172.º;
- d) Ordenar ou autorizar revistas e buscas, nos termos e limites dos n.os 3 e 5 do artigo 174.º;
- e) Quaisquer outros actos que a lei expressamente determinar que sejam presididos ou praticados pelo Ministério Público.

3 - O Ministério Público pode, porém, delegar em autoridades de polícia criminal a faculdade de ordenar a efectivação da perícia relativamente a determinados tipos de crime, em caso de urgência ou de perigo na demora, nomeadamente quando a perícia deva ser realizada conjuntamente com o exame de vestígios. Exceptuam-se a perícia que envolva a realização de autópsia médico-legal, bem como a prestação de esclarecimentos complementares e a realização de nova perícia nos termos do artigo 158.º

4 - Sem prejuízo do disposto no n.º 2, no n.º 3 do artigo 58.º, no n.º 3 do artigo 243.º e no n.º 1 do artigo 248.º, a delegação a que se refere o n.º 1 pode ser efectuada por despacho de natureza genérica que indique os tipos de crime ou os limites das penas aplicáveis aos crimes em investigação.

#### **Alterações**

Alterado pelo/a Artigo 1.º do/a [Lei n.º 48/2007](#) - [Diário da República n.º 166/2007, Série I de 2007-08-29](#), em vigor a partir de 2007-09-15

Alterado pelo/a Artigo 1.º do/a [Lei n.º 59/98](#) - [Diário da República n.º 195/1998, Série I-A de 1998-08-25](#), em vigor a partir de 1999-01-01

### **Artigo 271.º**

#### ***(Declarações para memória futura)***

1 - Em caso de doença grave ou de deslocação para o estrangeiro de uma testemunha, que previsivelmente a impeça de ser ouvida em julgamento, bem como nos casos de vítima de crime de tráfico de órgãos humanos, tráfico de pessoas ou contra a liberdade e autodeterminação sexual, o juiz de instrução, a requerimento do Ministério Público, do arguido, do assistente ou das

**LEGISLAÇÃO CONSOLIDADA**

partes civis, pode proceder à sua inquirição no decurso do inquérito, a fim de que o depoimento possa, se necessário, ser tomado em conta no julgamento.

2 - No caso de processo por crime contra a liberdade e autodeterminação sexual de menor, procede-se sempre à inquirição do ofendido no decurso do inquérito, desde que a vítima não seja ainda maior.

3 - Ao Ministério Público, ao arguido, ao defensor e aos advogados do assistente e das partes civis são comunicados o dia, a hora e o local da prestação do depoimento para que possam estar presentes, sendo obrigatória a comparência do Ministério Público e do defensor.

4 - Nos casos previstos no n.º 2, a tomada de declarações é realizada em ambiente informal e reservado, com vista a garantir, nomeadamente, a espontaneidade e a sinceridade das respostas, devendo o menor ser assistido no decurso do acto processual por um técnico especialmente habilitado para o seu acompanhamento, previamente designado para o efeito.

5 - A inquirição é feita pelo juiz, podendo em seguida o Ministério Público, os advogados do assistente e das partes civis e o defensor, por esta ordem, formular perguntas adicionais.

6 - É correspondentemente aplicável o disposto nos artigos 352.º, 356.º, 363.º e 364.º

7 - O disposto nos números anteriores é correspondentemente aplicável a declarações do assistente e das partes civis, de peritos e de consultores técnicos e a acareações.

8 - A tomada de declarações nos termos dos números anteriores não prejudica a prestação de depoimento em audiência de julgamento, sempre que ela for possível e não puser em causa a saúde física ou psíquica de pessoa que o deva prestar.

**Alterações**

Alterado pelo/a Artigo 4.º do/a [Lei n.º 102/2019 - Diário da República n.º 171/2019, Série I de 2019-09-06](#), em vigor a partir de 2019-09-07

Alterado pelo/a Artigo 1.º do/a [Lei n.º 48/2007 - Diário da República n.º 166/2007, Série I de 2007-08-29](#), em vigor a partir de 2007-09-15

Alterado pelo/a Artigo 1.º do/a [Lei n.º 59/98 - Diário da República n.º 195/1998, Série I-A de 1998-08-25](#), em vigor a partir de 1999-01-01

**Artigo 272.º*****Primeiro interrogatório e comunicações ao arguido***

1 - Correndo inquérito contra pessoa determinada em relação à qual haja suspeita fundada da prática de crime é obrigatório interrogá-la como arguido, salvo se não for possível notificá-la.

2 - O Ministério Público, quando proceder a interrogatório de um arguido ou a acareação ou reconhecimento em que aquele deva participar, comunica-lhe, pelo menos com 24 horas de antecedência, o dia, a hora e o local da diligência.

3 - O período de antecedência referido no número anterior:

a) É facultativo sempre que o arguido se encontrar preso;

b) Não tem lugar relativamente ao interrogatório previsto no artigo 143.º, ou, nos casos de extrema urgência, sempre que haja fundado motivo para recear que a demora possa prejudicar o asseguramento de meios de prova, ou ainda quando o arguido dele prescindir.

4 - Quando haja defensor, este é notificado para a diligência com pelo menos vinte e quatro horas de antecedência, salvo nos casos previstos na alínea b) do número anterior.

**Alterações**

Alterado pelo/a Artigo 1.º do/a [Lei n.º 48/2007 - Diário da República n.º 166/2007, Série I de 2007-08-29](#), em vigor a partir de 2007-09-15

Alterado pelo/a Artigo 1.º do/a [Lei n.º 59/98 - Diário da República n.º 195/1998, Série I-A de 1998-08-25](#), em vigor a partir de 1998-09-15

**Artigo 273.º*****(Mandado de comparência, notificação e detenção)***

**LEGISLAÇÃO CONSOLIDADA**

1 - Sempre que for necessário assegurar a presença de qualquer pessoa em acto de inquérito, o Ministério Público ou a autoridade de polícia criminal em que tenha sido delegada a diligência emitem mandado de comparência, do qual conste a identificação da pessoa, a indicação do dia, do local e da hora a que deve apresentar-se e a menção das sanções em que incorre no caso de falta injustificada.

2 - O mandado de comparência é notificado ao interessado com pelo menos três dias de antecedência, salvo em caso de urgência devidamente fundamentado, em que pode ser deixado ao notificando apenas o tempo necessário à comparência.

3 - Se o mandado se referir ao assistente ou ao denunciante com a faculdade de se constituir assistente representado por advogado, este é informado da realização da diligência para, querendo, estar presente.

4 - É correspondentemente aplicável o disposto no n.º 2 do artigo 116.º

**Alterações**

Alterado pelo/a Artigo 1.º do/a [Lei n.º 48/2007](#) - [Diário da República n.º 166/2007, Série I de 2007-08-29](#), em vigor a partir de 2007-09-15

Rectificado pelo/a [Declaração](#) - [Diário da República n.º 75/1987, 1º Suplemento, Série I de 1987-03-31](#), em vigor a partir de 1987-02-17

**Artigo 274.º*****(Certidões e certificados de registo)***

São juntos aos autos as certidões e certificados de registo, nomeadamente o certificado de registo criminal do arguido, que se afigurem previsivelmente necessários ao inquérito ou à instrução ou ao julgamento que venham a ter lugar e à determinação da competência do tribunal.

**Artigo 275.º*****(Auto de inquérito)***

1 - As diligências de prova realizadas no decurso do inquérito são reduzidas a auto, que pode ser redigido por súmula, salvo aquelas cuja documentação o Ministério Público entender desnecessário.

2 - É obrigatoriamente reduzida a auto a denúncia, quando feita oralmente, bem como os actos a que se referem os artigos 268.º, 269.º e 271.º

3 - Concluído o inquérito, o auto fica à guarda do Ministério Público ou é remetido ao tribunal competente para a instrução ou para o julgamento.

**Alterações**

Alterado pelo/a Artigo 1.º do/a [Lei n.º 59/98](#) - [Diário da República n.º 195/1998, Série I-A de 1998-08-25](#), em vigor a partir de 1999-01-01

**Artigo 275.º-A*****Residentes fora da comarca***

1 - A tomada de declarações a qualquer pessoa que não seja arguido no processo e que resida fora do município onde se situam os serviços do Ministério Público competentes para a realização da diligência pode ter lugar noutros serviços do Ministério Público ou nas instalações de entidades policiais, por videoconferência ou outros meios telemáticos adequados que permitam a comunicação, por meio visual e sonoro, em tempo real.

2 - A diligência referida no número anterior é comunicada, nos termos do artigo 111.º, aos serviços competentes da área onde resida a pessoa a ouvir, a qual, no dia designado para o depoimento, é identificada pelo funcionário de justiça ou de polícia criminal onde o depoimento é prestado, sendo depois a tomada de declarações efetuada pela entidade requisitante e, se for o caso, pelos mandatários presentes, através da mencionada via telemática.

3 - À tomada de declarações prevista no presente artigo é sempre aplicável o disposto no artigo anterior, ficando a gravação áudio ou audiovisual a cargo da entidade requerente.

**Alterações**

Aditado pelo/a Artigo 12.º do/a [Lei n.º 94/2021](#) - [Diário da República n.º 245/2021, Série I de 2021-12-21](#), em vigor a partir de 2022-03-21

**Capítulo III*****Do encerramento do inquérito*****Artigo 276.º*****(Prazos de duração máxima do inquérito)***

1 - O Ministério Público encerra o inquérito, arquivando-o ou deduzindo acusação, nos prazos máximos de seis meses, se houver arguidos presos ou sob obrigação de permanência na habitação, ou de oito meses, se os não houver.

2 - O prazo de 6 meses referido no artigo anterior é elevado:

- a) Para 8 meses, quando o inquérito tiver por objecto um dos crimes referidos no artigo 215.º, n.º 2;
- b) Para 10 meses, quando, independentemente do tipo de crime, o procedimento se revelar de excepional complexidade, nos termos do artigo 215.º, n.º 3, parte final;
- c) Para 12 meses, nos casos referidos no artigo 215.º, n.º 3.

3 - O prazo de oito meses referido no n.º 1 é elevado:

- a) Para 14 meses, quando o inquérito tiver por objecto um dos crimes referidos no n.º 2 do artigo 215.º;
- b) Para 16 meses, quando, independentemente do tipo de crime, o procedimento se revelar de excepional complexidade, nos termos da parte final do n.º 3 do artigo 215.º;
- c) Para 18 meses, nos casos referidos no n.º 3 do artigo 215.º

4 - Para efeito do disposto nos números anteriores, o prazo conta-se a partir do momento em que o inquérito tiver passado a correr contra pessoa determinada ou em que se tiver verificado a constituição de arguido.

5 - Em caso de expedição de carta rogatória, o decurso dos prazos previstos nos n.os 1 a 3 suspende-se até à respectiva devolução, não podendo o período total de suspensão, em cada processo, ser superior a metade do prazo máximo que corresponder ao inquérito.

6 - O magistrado titular do processo comunica ao superior hierárquico imediato a violação de qualquer prazo previsto nos n.os 1 a 3 do presente artigo ou no n.º 6 do artigo 89.º, indicando as razões que explicam o atraso e o período necessário para concluir o inquérito.

7 - Nos casos referidos no número anterior, o superior hierárquico pode avocar o processo e dá sempre conhecimento ao Procurador-Geral da República, ao arguido e ao assistente da violação do prazo e do período necessário para concluir o inquérito.

8 - Recebida a comunicação prevista no número anterior, o Procurador-Geral da República pode determinar, oficiosamente ou a requerimento do arguido ou do assistente, a aceleração processual nos termos do artigo 109.º

**Alterações**

Alterado pelo/a Artigo 1.º do/a [Lei n.º 26/2010](#) - [Diário da República n.º 168/2010, Série I de 2010-08-30](#), em vigor a partir de 2010-10-29

Alterado pelo/a Artigo 1.º do/a [Lei n.º 48/2007](#) - [Diário da República n.º 166/2007, Série I de 2007-08-29](#), em vigor a partir de 2007-09-15

Alterado pelo/a Artigo 1.º do/a [Lei n.º 59/98](#) - [Diário da República n.º 195/1998, Série I-A de 1998-08-25](#), em vigor a partir de 1999-01-01

**Artigo 277.º**

**(Arquivamento do inquérito)**

- 1 - O Ministério Público procede, por despacho, ao arquivamento do inquérito, logo que tiver recolhido prova bastante de se não ter verificado crime, de o arguido não o ter praticado a qualquer título ou de ser legalmente inadmissível o procedimento.
- 2 - O inquérito é igualmente arquivado se não tiver sido possível ao Ministério Público obter indícios suficientes da verificação de crime ou de quem foram os agentes.
- 3 - O despacho de arquivamento é comunicado ao arguido, ao assistente, ao denunciante com faculdade de se constituir assistente e a quem tenha manifestado o propósito de deduzir pedido de indemnização civil nos termos do artigo 75.º, bem como ao respectivo defensor ou advogado.
- 4 - As comunicações a que se refere o número anterior efectuam-se:
- a) Por notificação mediante contacto pessoal ou via postal registada ao assistente e ao arguido, excepto se estes tiverem indicado um local determinado para efeitos de notificação por via postal simples, nos termos dos n.os 5 e 6 do artigo 145.º, do n.º 2 e da alínea c) do n.º 3 do artigo 196.º, e não tenham entretanto indicado uma outra, através de requerimento entregue ou remetido por via postal registada à secretaria onde os autos se encontrarem a correr nesse momento;
  - b) Por editais, se o arguido não tiver defensor nomeado ou advogado constituído e não for possível a sua notificação mediante contacto pessoal, via postal registada ou simples, nos termos previstos na alínea anterior;
  - c) Por notificação mediante via postal simples ao denunciante com a faculdade de se constituir assistente e a quem tenha manifestado o propósito de deduzir pedido de indemnização civil;
  - d) Por notificação mediante via postal simples sempre que o inquérito não correr contra pessoa determinada.
- 5 - Nos casos previstos no n.º 1, sempre que se verificar que existiu por parte de quem denunciou ou exerceu um alegado direito de queixa, uma utilização abusiva do processo, o tribunal condena-o no pagamento de uma soma entre 6 UC e 20 UC sem prejuízo do apuramento de responsabilidade penal.

**Alterações**

Alterado pelo/a Artigo 1.º do/a [Lei n.º 48/2007 - Diário da República n.º 166/2007, Série I de 2007-08-29](#), em vigor a partir de 2007-09-15

Alterado pelo/a Artigo 1.º do/a [Decreto-Lei n.º 320-C/2000 - Diário da República n.º 288/2000, 2º Suplemento, Série I-A de 2000-12-15](#), em vigor a partir de 2001-01-01

Alterado pelo/a Artigo 1.º do/a [Lei n.º 59/98 - Diário da República n.º 195/1998, Série I-A de 1998-08-25](#), em vigor a partir de 1999-01-01

**Artigo 278.º****(Intervenção hierárquica)**

- 1 - No prazo de 20 dias a contar da data em que a abertura de instrução já não puder ser requerida, o imediato superior hierárquico do magistrado do Ministério Público pode, por sua iniciativa ou a requerimento do assistente ou do denunciante com a faculdade de se constituir assistente, determinar que seja formulada acusação ou que as investigações prossigam, indicando, neste caso, as diligências a efectuar e o prazo para o seu cumprimento.
- 2 - O assistente e o denunciante com a faculdade de se constituir assistente podem, se optarem por não requerer a abertura da instrução, suscitar a intervenção hierárquica, ao abrigo do número anterior, no prazo previsto para aquele requerimento.

**Alterações**

Alterado pelo/a Artigo 1.º do/a [Lei n.º 48/2007 - Diário da República n.º 166/2007, Série I de 2007-08-29](#), em vigor a partir de 2007-09-15

Alterado pelo/a Artigo 1.º do/a [Lei n.º 59/98 - Diário da República n.º 195/1998, Série I-A de 1998-08-25](#), em vigor a partir de 1999-01-01

**Artigo 279.º****(Reabertura do inquérito)**

- 1 - Esgotado o prazo a que se refere o artigo anterior, o inquérito só pode ser reaberto se surgirem novos elementos de prova que invalidem os fundamentos invocados pelo Ministério Público no despacho de arquivamento.

2 - Do despacho do Ministério Público que deferir ou recusar a reabertura do inquérito há reclamação para o superior hierárquico imediato.

### Artigo 280.º

#### **Arquivamento em caso de dispensa da pena**

1 - Se o processo for por crime relativamente ao qual se encontre expressamente prevista na lei penal a possibilidade de dispensa da pena, o Ministério Público, com a concordância do juiz de instrução, pode decidir-se pelo arquivamento do processo se se verificarem os pressupostos daquela dispensa.

2 - Se a acusação tiver sido já deduzida, pode o juiz de instrução, enquanto esta decorrer, arquivar o processo com a concordância do Ministério Público e do arguido, se se verificarem os pressupostos da dispensa da pena.

3 - A decisão de arquivamento, em conformidade com o disposto nos números anteriores, não é susceptível de impugnação.

#### **Alterações**

Alterado pelo/a Artigo 1.º do/a [Decreto-Lei n.º 317/95](#) - [Diário da República n.º 275/1995, Série I-A de 1995-11-28](#), em vigor a partir de 1995-12-03

### Artigo 281.º

#### **(Suspensão provisória do processo)**

1 - Se o crime for punível com pena de prisão não superior a 5 anos ou com sanção diferente da prisão, o Ministério Público, oficiosamente ou a requerimento do arguido ou do assistente, determina, com a concordância do juiz de instrução, a suspensão do processo, mediante a imposição ao arguido de injunções e regras de conduta, sempre que se verificarem os seguintes pressupostos:

- a) Concordância do arguido e do assistente;
- b) Ausência de condenação anterior por crime da mesma natureza;
- c) Ausência de aplicação anterior de suspensão provisória de processo por crime da mesma natureza;
- d) Não haver lugar a medida de segurança de internamento;
- e) Ausência de um grau de culpa elevado; e
- f) Ser de prever que o cumprimento das injunções e regras de conduta responda suficientemente às exigências de prevenção que no caso se façam sentir.

2 - São oponíveis ao arguido, cumulativa ou separadamente, as seguintes injunções e regras de conduta:

- a) Indemnizar o lesado;
- b) Dar ao lesado satisfação moral adequada;
- c) Entregar ao Estado, a instituições privadas de solidariedade social, associação de utilidade pública ou associações zoófilas legalmente constituídas certa quantia ou efetuar prestação de serviço de interesse público;
- d) Residir em determinado lugar;
- e) Frequentar certos programas ou actividades;
- f) Não exercer determinadas profissões;
- g) Não frequentar certos meios ou lugares;
- h) Não residir em certos lugares ou regiões;
- i) Não acompanhar, alojar ou receber certas pessoas;
- j) Não frequentar certas associações ou participar em determinadas reuniões;
- l) Não ter em seu poder determinados animais, coisas ou objetos capazes de facilitar a prática de outro crime;
- m) Qualquer outro comportamento especialmente exigido pelo caso.

3 - Em processos por crime de corrupção, de recebimento ou oferta indevidos de vantagem ou de criminalidade económico-financeira, é sempre oponível à arguida que seja pessoa coletiva ou entidade equiparada a injunção de adotar ou implementar



ou alterar programa de cumprimento normativo, com vigilância judiciária, adequado a prevenir a prática dos referidos crimes.

4 - Sem prejuízo do disposto no número anterior, tratando-se de crime para o qual esteja legalmente prevista pena acessória de proibição de conduzir veículos com motor, é obrigatoriamente oponente ao arguido a aplicação de injunção de proibição de conduzir veículos com motor.

5 - Não são oponentes injunções e regras de conduta que possam ofender a dignidade do arguido.

6 - Para apoio e vigilância do cumprimento das injunções e regras de conduta podem o juiz de instrução e o Ministério Público, consoante os casos, recorrer aos serviços de reinserção social, a órgãos de polícia criminal e às autoridades administrativas.

7 - A decisão de suspensão, em conformidade com o n.º 1, não é susceptível de impugnação.

8 - Em processos por crime de violência doméstica não agravado pelo resultado, o Ministério Público, mediante requerimento livre e esclarecido da vítima, determina a suspensão provisória do processo, com a concordância do juiz de instrução e do arguido, desde que se verifiquem os pressupostos das alíneas b) e c) do n.º 1.

9 - Em processos por crime contra a liberdade e autodeterminação sexual de menor não agravado pelo resultado, o Ministério Público, tendo em conta o interesse da vítima, determina a suspensão provisória do processo, com a concordância do juiz de instrução e do arguido, desde que se verifiquem os pressupostos das alíneas b) e c) do n.º 1.

10 - No caso do artigo 203.º do Código Penal, é dispensada a concordância do assistente prevista na alínea a) do n.º 1 do presente artigo quando a conduta ocorrer em estabelecimento comercial, durante o período de abertura ao público, relativamente à subtração de coisas móveis de valor diminuto e desde que tenha havido recuperação imediata destas, salvo quando cometida por duas ou mais pessoas.

11 - Em processos contra pessoa coletiva ou entidade equiparada, são oponentes as injunções e regras de conduta previstas nas alíneas a), b), c), l) e m) do n.º 2, bem como a injunção de adotar ou implementar um programa de cumprimento normativo com medidas de controlo e vigilância idóneas para prevenir crimes da mesma natureza ou para diminuir significativamente o risco da sua ocorrência.

#### Alterações

Alterado pelo/a Artigo 11.º do/a [Lei n.º 94/2021 - Diário da República n.º 245/2021, Série I de 2021-12-21](#), em vigor a partir de 2022-03-21

Alterado pelo/a Artigo 3.º do/a [Lei n.º 39/2020 - Diário da República n.º 160/2020, Série I de 2020-08-18](#), em vigor a partir de 2020-10-01

Alterado pelo/a Artigo 2.º do/a [Lei n.º 20/2013 - Diário da República n.º 37/2013, Série I de 2013-02-21](#), em vigor a partir de 2013-03-23

Alterado pelo/a [Declaração de Rectificação n.º 100-A/2007 - Diário da República n.º 207/2007, 1º Suplemento, Série I de 2007-10-26](#), em vigor a partir de 2007-09-15

Alterado pelo/a Artigo 1.º do/a [Lei n.º 48/2007 - Diário da República n.º 166/2007, Série I de 2007-08-29](#), em vigor a partir de 2007-09-15

Alterado pelo/a Artigo 2.º do/a [Lei n.º 7/2000 - Diário da República n.º 123/2000, Série I-A de 2000-05-27](#), em vigor a partir de 2000-06-01

Alterado pelo/a Artigo 1.º do/a [Lei n.º 59/98 - Diário da República n.º 195/1998, Série I-A de 1998-08-25](#), em vigor a partir de 1999-01-01

### Artigo 282.º

#### **(Duração e efeitos da suspensão)**

1 - A suspensão do processo pode ir até dois anos, com excepção do disposto no n.º 5.

2 - A prescrição não corre no decurso do prazo de suspensão de processo.

3 - Se o arguido cumprir as injunções e regras de conduta, o Ministério Público arquiva o processo, não podendo ser reaberto.

4 - O processo prossegue e as prestações feitas não podem ser repetidas:

a) Se o arguido não cumprir as injunções e regras de conduta; ou

b) Se, durante o prazo de suspensão do processo, o arguido cometer crime da mesma natureza pelo qual venha a ser condenado.

5 - Nos casos previstos nos n.os 8 e 9 do artigo anterior, a duração da suspensão pode ir até cinco anos.

#### Alterações

Alterado pelo/a Artigo 11.º do/a [Lei n.º 94/2021 - Diário da República n.º 245/2021, Série I de 2021-12-21](#), em vigor a partir de 2022-03-21

Rectificado pelo/a [Declaração de Rectificação n.º 100-A/2007 - Diário da República n.º 207/2007, 1º Suplemento, Série I de 2007-10-26](#), em vigor a partir de 2007-09-15

Alterado pelo/a Artigo 1.º do/a [Lei n.º 48/2007](#) - Diário da República n.º 166/2007, Série I de 2007-08-29, em vigor a partir de 2007-09-15

Alterado pelo/a Artigo 2.º do/a [Lei n.º 7/2000](#) - Diário da República n.º 123/2000, Série I-A de 2000-05-27, em vigor a partir de 2000-06-01

## **Artigo 283.º**

### **(Acusação pelo Ministério Público)**

1 - Se durante o inquérito tiverem sido recolhidos indícios suficientes de se ter verificado o crime e de quem foi o seu agente, o Ministério Público, no prazo de 10 dias, deduz acusação contra aquele.

2 - Consideram-se suficientes os indícios sempre que deles resultar uma possibilidade razoável de ao arguido vir a ser aplicada, por força deles, em julgamento, uma pena ou uma medida de segurança.

3 - A acusação contém, sob pena de nulidade:

- a) As indicações tendentes à identificação do arguido;
- b) A narração, ainda que sintética, dos factos que fundamentam a aplicação ao arguido de uma pena ou de uma medida de segurança, incluindo, se possível, o lugar, o tempo e a motivação da sua prática, o grau de participação que o agente neles teve e quaisquer circunstâncias relevantes para a determinação da sanção que lhe deve ser aplicada;
- c) As circunstâncias relevantes para a atenuação especial da pena que deve ser aplicada ao arguido ou para a dispensa da pena em que este deve ser condenado;
- d) A indicação das disposições legais aplicáveis;
- e) O rol com o máximo de 20 testemunhas, com a respetiva identificação, discriminando-se as que só devam depor sobre os aspetos referidos no n.º 2 do artigo 128.º, as quais não podem exceder o número de cinco;
- f) A indicação dos peritos e consultores técnicos a serem ouvidos em julgamento, com a respetiva identificação;
- g) A indicação de outras provas a produzir ou a requerer;
- h) A indicação do relatório social ou de informação dos serviços de reinserção social, quando o arguido seja menor, salvo quando não se mostre ainda junto e seja prescindível em função do superior interesse do menor;
- i) A data e assinatura.

4 - Em caso de conexão de processos, é deduzida uma só acusação.

5 - É correspondentemente aplicável o disposto no artigo 277.º, n.º 3, prossequindo o processo quando os procedimentos de notificação se tenham revelado ineficazes.

6 - As comunicações a que se refere o número anterior efectuam-se mediante contacto pessoal ou por via postal registada, excepto se o arguido e o assistente tiverem indicado a sua residência ou domicílio profissional à autoridade policial ou judiciária que elaborar o auto de notícia ou que os ouvir no inquérito ou na instrução, caso em que são notificados mediante via postal simples, nos termos do artigo 113.º, n.º 1, alínea c).

7 - O limite do número de testemunhas previsto na alínea e) do n.º 3 apenas pode ser ultrapassado desde que tal se afigure necessário para a descoberta da verdade material, designadamente quando tiver sido praticado algum dos crimes referidos no n.º 2 do artigo 215.º ou se o processo se revelar de excecional complexidade, devido ao número de arguidos ou ofendidos ou ao carácter altamente organizado do crime.

8 - O requerimento referido no número anterior é indeferido caso se verifiquem as circunstâncias previstas nas alíneas b), c) e d) do n.º 4 do artigo 340.º

### **Alterações**

Alterado pelo/a Artigo 11.º do/a [Lei n.º 94/2021](#) - Diário da República n.º 245/2021, Série I de 2021-12-21, em vigor a partir de 2022-03-21

Alterado pelo/a Artigo 2.º do/a [Lei n.º 33/2019](#) - Diário da República n.º 98/2019, Série I de 2019-05-22, em vigor a partir de 2019-05-23

Alterado pelo/a Artigo 2.º do/a [Lei n.º 27/2015](#) - Diário da República n.º 72/2015, Série I de 2015-04-14, em vigor a partir de 2015-05-14

Alterado pelo/a Artigo 1.º do/a [Decreto-Lei n.º 320-C/2000](#) - Diário da República n.º 288/2000, 2º Suplemento, Série I-A de 2000-12-15, em vigor a partir de 2001-01-01

Alterado pelo/a Artigo 1.º do/a [Lei n.º 59/98](#) - Diário da República n.º 195/1998, Série I-A de 1998-08-25, em vigor a partir de 1999-01-01

**Artigo 284.º****(Acusação pelo assistente)**

- 1 - Até 10 dias após a notificação da acusação do Ministério Público, o assistente pode também deduzir acusação pelos factos acusados pelo Ministério Público, por parte deles ou por outros que não importem alteração substancial daqueles.
- 2 - É correspondentemente aplicável o disposto nos n.os 3, 7 e 8 do artigo anterior, com as seguintes modificações:
- a) A acusação do assistente pode limitar-se a mera adesão à acusação do Ministério Público;
- b) Só são indicadas provas a produzir ou a requerer que não constem da acusação do Ministério Público.

**Alterações**

Alterado pelo/a Artigo 2.º do/a [Lei n.º 27/2015 - Diário da República n.º 72/2015, Série I de 2015-04-14](#), em vigor a partir de 2015-05-14

Alterado pelo/a Artigo 1.º do/a [Decreto-Lei n.º 320-C/2000 - Diário da República n.º 288/2000, 2º Suplemento, Série I-A de 2000-12-15](#), em vigor a partir de 2001-01-01

Alterado pelo/a Artigo 1.º do/a [Lei n.º 59/98 - Diário da República n.º 195/1998, Série I-A de 1998-08-25](#)

**Artigo 285.º****(Acusação particular)**

- 1 - Findo o inquérito, quando o procedimento depender de acusação particular, o Ministério Público notifica o assistente para que este deduza em 10 dias, querendo, acusação particular.
- 2 - O Ministério Público indica, na notificação prevista no número anterior, se foram recolhidos indícios suficientes da verificação do crime e de quem foram os seus agentes.
- 3 - É correspondentemente aplicável à acusação particular o disposto nos n.os 3, 7 e 8 do artigo 283.º
- 4 - O Ministério Público pode, nos cinco dias posteriores à apresentação da acusação particular, acusar pelos mesmos factos, por parte deles ou por outros que não importem uma alteração substancial daqueles.

**Alterações**

Alterado pelo/a Artigo 2.º do/a [Lei n.º 27/2015 - Diário da República n.º 72/2015, Série I de 2015-04-14](#), em vigor a partir de 2015-05-14

Alterado pelo/a Artigo 1.º do/a [Lei n.º 48/2007 - Diário da República n.º 166/2007, Série I de 2007-08-29](#), em vigor a partir de 2007-09-15

Alterado pelo/a Artigo 1.º do/a [Decreto-Lei n.º 320-C/2000 - Diário da República n.º 288/2000, 2º Suplemento, Série I-A de 2000-12-15](#), em vigor a partir de 2001-01-01

Alterado pelo/a Artigo 1.º do/a [Lei n.º 59/98 - Diário da República n.º 195/1998, Série I-A de 1998-08-25](#), em vigor a partir de 1999-01-01

**Título III****Da instrução****Capítulo I****Disposições gerais****Artigo 286.º****(Finalidade e âmbito da instrução)**

- 1 - A instrução visa a comprovação judicial da decisão de deduzir acusação ou de arquivar o inquérito em ordem a submeter ou não a causa a julgamento.
- 2 - A instrução tem carácter facultativo.
- 3 - Não há lugar a instrução nas formas de processo especiais.

**Alterações**

Alterado pelo/a Artigo 1.º do/a [Lei n.º 48/2007](#) - Diário da República n.º 166/2007, Série I de 2007-08-29, em vigor a partir de 2007-09-15

Alterado pelo/a Artigo 1.º do/a [Lei n.º 59/98](#) - Diário da República n.º 195/1998, Série I-A de 1998-08-25, em vigor a partir de 1999-01-01

**Artigo 287.º*****(Requerimento para abertura da instrução)***

1 - A abertura da instrução pode ser requerida no prazo de 20 dias a contar da notificação da acusação ou do arquivamento:

- a) Pelo arguido, relativamente a factos pelos quais o Ministério Público ou o assistente, em caso de procedimento dependente de acusação particular, tiverem deduzido acusação; ou
- b) Pelo assistente, se o procedimento não depender de acusação particular, relativamente a factos pelos quais o Ministério Público não tiver deduzido acusação.

2 - O requerimento não está sujeito a formalidades especiais, mas deve conter, em súmula, as razões de facto e de direito de discordância relativamente à acusação ou não acusação, bem como, sempre que disso for caso, a indicação dos atos de instrução que o requerente pretende que o juiz leve a cabo, dos meios de prova que não tenham sido considerados no inquérito e dos factos que, através de uns e de outros, se espera provar, sendo ainda aplicável ao requerimento do assistente o disposto nas alíneas b) e d) do n.º 3 do artigo 283.º, não podendo ser indicadas mais de 20 testemunhas.

3 - O requerimento só pode ser rejeitado por extemporâneo, por incompetência do juiz ou por inadmissibilidade legal da instrução.

4 - No despacho de abertura de instrução o juiz nomeia defensor ao arguido que não tenha advogado constituído nem defensor nomeado.

5 - O despacho de abertura de instrução é notificado ao Ministério Público, ao assistente, ao arguido e ao seu defensor.

6 - É aplicável o disposto no n.º 14 do artigo 113.º

**Alterações**

Alterado pelo/a Artigo 11.º do/a [Lei n.º 94/2021](#) - Diário da República n.º 245/2021, Série I de 2021-12-21, em vigor a partir de 2022-03-21

Alterado pelo/a Artigo 2.º do/a [Lei n.º 1/2018](#) - Diário da República n.º 20/2018, Série I de 2018-01-29, em vigor a partir de 2018-02-13

Alterado pelo/a Artigo 2.º do/a [Lei n.º 20/2013](#) - Diário da República n.º 37/2013, Série I de 2013-02-21, em vigor a partir de 2013-03-23

Alterado pelo/a Artigo 1.º do/a [Lei n.º 48/2007](#) - Diário da República n.º 166/2007, Série I de 2007-08-29, em vigor a partir de 2007-09-15

Alterado pelo/a Artigo 1.º do/a [Lei n.º 59/98](#) - Diário da República n.º 195/1998, Série I-A de 1998-08-25, em vigor a partir de 1999-01-01

Alterado pelo/a Artigo 1.º do/a [Decreto-Lei n.º 317/95](#) - Diário da República n.º 275/1995, Série I-A de 1995-11-28, em vigor a partir de 1995-12-03

**Artigo 288.º*****Direcção da instrução***

1 - A direcção da instrução compete a um juiz de instrução, assistido pelos órgãos de polícia criminal.

2 - As regras de competência relativas ao tribunal são correspondentemente aplicáveis ao juiz de instrução.

3 - Quando a competência para a instrução pertencer ao Supremo Tribunal de Justiça ou à relação, o instrutor é designado, por sorteio, de entre os juizes da secção e fica impedido de intervir nos subsequentes actos do processo.

4 - O juiz investiga autonomamente o caso submetido em instrução, tendo em conta a indicação, constante do requerimento da abertura de instrução, a que se refere o n.º 2 do artigo anterior.

**Alterações**

Alterado pelo/a Artigo 1.º do/a [Lei n.º 48/2007](#) - Diário da República n.º 166/2007, Série I de 2007-08-29, em vigor a partir de 2007-09-15

Alterado pelo/a Artigo 1.º do/a [Lei n.º 59/98](#) - Diário da República n.º 195/1998, Série I-A de 1998-08-25, em vigor a partir de 1999-01-01